

---

## CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia treze de agosto do ano de dois mil e treze, com início às quatorze horas, à Casa dos Conselhos.

1

Presentes os conselheiros Claudia C. Farias, Renato F. de Oliveira, Cláudio José Gomide, Carlos Henrique David, Mônica V. Freitas, Rosilene Ribeiro, Sandra Cristina M. Bortolotti, Elisabete C. Saldanha, Wanda Lúcia B. da Silva, Deise de Cássia S. de A. Pinto, Márcia R. F. Alves, Jelcy R. C. Junior, Vânia Beatriz B. Bordignon, Maria de Fátima F. B. de Mendonça, Mário Gilberto C. Arrais, Rosimar S. Pinto, Francisco A. Eccard, Ricardo B. P. Tâmmela, Maria Celi C. Vasconcelos, Renata M. Varricchio, Naara P. da S. Castro, Maria Isabel V. Barbosa, Wesley D. Furtado, Ronaldo O. de Magalhães, Janaína A. V. Bernardino, Angela Maria A. de Alcântara, Leonardo P. Campos, Gilda Beatriz, Thiago G. Damasceno, Maria Clara M. F. da Cruz e Noelma S. da Costa.

Demais pessoas presentes Teresa Freitas, Joselene F. P. de Freitas, Lucas R. Ferreira, Robison Thomaz de Souza, Elisabete Reuther, Cristina Pereira, Mônica Cristina, Niely S. A. Rodrigues, Lidiane C. de Souza, Layane L. de Souza, Jussara G. de Oliveira e Rafaela R. Teixeira.

A presidente Maria Celi cumprimentou os presentes e parabenizou os delegados que representaram Petrópolis na Conferência Estadual de Educação.

O vice-presidente informou que das treze pessoas que compareceram em Nova Friburgo, todas foram eleitas delegadas.

A conselheira Angela ajuizou que esperava uma organização diferenciada num evento do porte necessário para um encontro intermunicipal.

A Secretária Executiva retomou a pauta da reunião, solicitando a aprovação das Atas das reuniões anteriores, uma vez que a dinâmica do Conselho tem se pautado pela celeridade, onde as Atas são enviadas por e-mail, com leitura dos conselheiros e aprovação na reunião seguinte, ficando dispensada a leitura durante a abertura da Plenária e otimizando o tempo em conjunto para atividades mais produtivas.

O conselheiro Ricardo sugeriu como tema de pauta futura a questão do calendário e outros horários, que por questões regimentais, inclusive a discussão sobre as próprias alterações do Regimento, deve ser lido com atenção por todos os conselheiros, evitando os vícios da Mesa Diretora e do próprio colegiado.

Também colocou que é possível que os conselheiros façam novas propostas, mas há que se respeitar a dinâmica própria de um conselho porque assim, ficam

---

legitimadas as ações, produzindo conforto à participação, exigindo apenas não engessar o trabalho do Conselho e dependendo apenas do pacto entre os conselheiros.

Concluiu que pessoas novas ingressaram no Conselho e desta forma, houve a necessidade como em outros mandatos, de revisar o Regimento e solicitou que seja determinado um tempo de fala para cada pessoa.

Jelcy propôs trinta minutos.

Maria Celi determinou que cada um tivesse três minutos de fala e a mesma contagem de tempo para tréplica, sendo que cada um que quisesse falar, deveria se inscrever no início da Sessão com Deise, a Secretária Geral.

A presidente também colocou que o teto será de trinta minutos para as explanações e solicitou que a Secretária Executiva explicasse qual a dinâmica que outrora se adotava.

Ricardo sugeriu como proposta 1 – o calendário de reuniões às segundas terças-feiras do mês no horário de 18h ou 19h.

A presidente sugeriu como proposta 2 – a manutenção do calendário (segundas terças-feiras do mês) no horário de 14h ou 15h.

A Secretária Executiva colocou a experiência anterior de participação e entendeu que compromisso quando é fidedigno, não importa o horário, as pessoas estarão lá, até mesmo porque é apenas uma vez ao mês que essas reuniões acontecem.

O conselheiro Carlos Henrique entendeu ser importante a manutenção do calendário por se tratar de um mandato com o ano em curso.

A conselheira Mônica pensou na coincidência de horários entre as Reuniões dos diferentes conselhos e lembrou-se do cuidado para não haver esvaziamento dos Conselhos, até porque algumas pessoas participam de mais de um, sendo difícil a organização nestes casos.

Ricardo reiterou que a sua proposta não seria inviabilizar os Conselhos, ao contrário, seria garantir a participação dos pais dos alunos. Estrategicamente, o Conselho vem buscando esta participação, que colide com o horário de trabalho da maioria dos interessados. A preocupação dos conselheiros é importante, mas não substitui a Sociedade Civil.

A conselheira Renata colocou que não afasta a participação popular, mas é temerário mudar as regras do jogo no meio do caminho.

Rosimar reforçou que é mais eficiente quando o Conselho se reúne à noite, com a participação dos estudantes e sugeriu trocar a semana do mês, passando para a noite.

A conselheira Maria Isabel julgou interessante a Secretaria comunicar aos pais a frequência das reuniões.

Carlos Henrique opinou que mudar o horário não alteraria a participação, sendo necessária apenas maior divulgação das reuniões.

A conselheira Janaína contou a experiência na escola em que seus filhos estudam e as discussões que são internas e externas.

Tomando por base a função do Conselho, Jelcy lembrou que as demandas de expediente rotineiro não interessam muito a comunidade em geral e que seria imprescindível o cuidado com as demandas extraordinárias. Ex.: disciplina no Liceu Carlos Chagas depende da participação da comunidade e nos seus interesses, porém acreditou ser boa ideia as reuniões itinerantes à noite, onde possibilite a participação expressiva das comunidades com as demandas locais.

Indiferente é a questão do horário, afirmou a conselheira Noelma, mas a Casa dos Conselhos não é um local apropriado para reuniões à noite. Sem condução própria é perigoso. Sua experiência no CONCIDADE demonstra que é desagradável. É perigoso, difícil.

Mônica compactuou com Jelcy e lembrou que com sua representatividade, virão temáticas e demandas do município, questões pontuais, problemas da rede e de cada escola, mas a visão deve ser macro.

O COMED deve minimizar os problemas que acontecem que desconcentram o trabalho próprio da Educação. Reforçou que os Projetos que precisam ser apresentados ao Conselho como espaço de discussão e construção devem ser garantidos.

Renato parabenizou Janaína e sabe a problemática da intervenção dos pais no “Carlos Chagas”. Hoje a “casa” está cheia, provando que o horário é oportuno, devido inclusive, ao histórico.

Retomou a sua experiência na Câmara e disse que esta inicia a sessão às 16h, sendo perfeitamente possível os conselheiros membros das duas casas conciliarem as reuniões, principalmente porque somente haveria coincidência uma vez ao mês, mesmo assim, poderia ser solicitado ao presidente da Câmara de Vereadores pauta mais leve nestes dias. As articulações de cada pessoa são muito íntimas.

O conselheiro Ricardo reforçou que se a importância é verificada para o horário noturno, porque não começar já? As pessoas crescem participando das discussões e se têm interesse, são formadas pessoas mais preparadas ao longo dos anos, repercutindo nas próximas conferências e produzindo um ambiente mais participativo.

A presidente asseverou que a votação se pautaria no horário e não na participação.

Foi solicitado por Ricardo que os presentes o deixassem terminar de falar.

Em votação, quatorze conselheiros optaram pela manutenção de dias e horários e quatro membros, optaram pela alteração para horário noturno.

A Secretária Executiva Débora leu o relatório da Comissão sobre a questão dos atendimentos e explicou a necessidade de que todas as representações se façam presentes.

Maria Celi não viu motivo para a justaposição de trabalho entre os conselheiros, juntamente com os funcionários da Secretaria de Educação. Todos deveriam participar e acreditou inviável, porque só seria razoável com voluntariado e respaldo regimental.

Renata explicou que não pode ir ao encontro da Comissão, mas acreditou ser importante a ouvidoria, mesmo que on line e achou esta uma boa solução para a aproximação junto à comunidade.

A conselheira Sandra entendeu válida a proposta, mas viu que não é possível se debruçar em muitas tarefas, sem dar conta de bem fazê-las. É uma proposta para analisar outras situações mais práticas.

Não ter espaço específico dificulta e prejudica a intenção de termos funcionários específicos para esses atendimentos; quando tivermos novamente definido o espaço, a Casa dos Conselhos, na Rua Dom Pedro, 410 ou em outro local, divulgaremos o atendimento, não abrindo espaço para um provisório longo, disse Jelcy.

É preciso educar a comunidade e os próprios conselheiros para esse papel – voluntário, lembrou Sandra.

Haverá a necessidade de legalizar as ações do Conselho, frisou Maria de Fátima Mendonça.

A conselheira Mônica enfatizou que já existe o espaço fora da Secretaria de Educação *linkado* e associado com iniciativas diferentes, mas os ajustes estão sendo feitos para que seja conduzido eficientemente. Não será um espaço de solução imediata, mas poderá gerar um encaminhamento a quem compete o cuidado.

A constituição prevê o voluntariado e tem estagiários para auxiliarem todos os Conselhos contraditou o conselheiro Carlos Henrique.

Mônica afirmou que estagiários do CIEE poderiam auxiliar muito a Secretária Executiva.

A conselheira Fátima informou que voltou agora ao Conselho, e a maior mudança foi a liberdade financeira.

A presidente deu por encerrada a discussão.

O conselheiro Ronaldo entendeu que é fantástico o atendimento via internet, fale conosco e outros similares e que mesmo que sejam mínimos os dados à disposição, já dariam um relevante diferencial ao conselho.

Débora informou que a sigilosidade deve ser assegurada e que a cidadã presente, Maria Francelina, têm maiores informações sobre o assunto relativo a queixas, denúncias e reclamações.

Jelcy avaliou que seria excelente a ação, ademais como processo educativo e o possível cadastro com inclusão digital.

Tendo em vista o parecer apresentado e o que a conselheira Sandra explicou, a presidente considerou suspensa a ficha de atendimentos.

Lembrou que há ainda membros que não se inscreveram nas Câmaras, desta forma, Ronaldo e Cláudio optaram por Educação Básica e Maria Clara e Renato, por Políticas Públicas. Propôs que o Colegiado se reunisse em suas Câmaras e elegeassem um coordenador para que se tivesse uma referência e definissem o calendário das reuniões das Câmaras e Comissões.

Maria Celi pediu que Deise lesse a moção e lembrou que cada um que assina seria também autor deste instrumento, que tem a intenção de demonstrar os anseios do Conselho.

A Secretária Geral registrou que o documento lido seria apenas uma minuta.

A conselheira Mônica pediu que a redação do ofício fosse da seguinte forma: “Ouidos os conselheiros e comunidade, e em resposta inclusive manifesta pelo COMED quanto ao atendimento ao Ensino Médio, a Prefeitura Municipal de Petrópolis, não tem interesse na municipalização do prédio”.

Jelcy declarou que hoje ficou oficializado que a moção perdeu seu sentido, sendo impertinente, após todas as informações discutidas.



A conselheira Rosimar discordou porque uma reunião não poderia desfazer os fatos e feitos em outra reunião e gostaria de reforçar a necessidade da moção com indicação da destinação do prédio.

Deise leu a justificativa do voto em separado de Jelcy, quanto à moção.

Maria Celi lembrou que toda moção é coletiva, é institucional – “depois de ouvida a plenária”... e nunca é reivindicatória, mas para parabenizar/repudiar – concordar/discordar.

Angela sugeriu que fosse feita a moção intitulada Moção de Protesto.

O conselheiro Renato concluiu que o Conselho errou quando votou uma moção sem texto.

Rosimar disse que Jelcy não é imparcial neste assunto, por isso, deve ser Maria Celi a conduzir a matéria.

A conselheira Mônica informou que a solicitação dos professores corroborou com o que o Conselho discutiu, o prédio não pode ser inócuo.

Maria Celi apresentou o texto e votada a moção, apenas com a isenção de Jelcy, foi aprovada.

Angela propôs a modificação do termo desagrado por repúdio, protesto.

A presidente Maria Celi esclareceu que há um escalonamento de ações, assim, propôs desagrado, para em outro momento, tornar repúdio.

Angela pensou que repúdio é o caso porque uma Secretaria de Estado que pensa em jogar fora as escolas das proximidades, fechando-as, não existe enquanto Educação.

Jelcy declarou a ausência de comprometimento com a verdade dos fatos: substituir o gestor da escola, e não fechar a escola. A competência da Educação Básica compreende o Ensino Fundamental.

O que vem acontecendo no estado do Rio de Janeiro, com a redução gradual e a otimização da rede, são ideias que não interessam, não fecham. Para que haja a continuidade das escolas, serão mobilizados quantos repúdios forem necessários; o que só tem peso negativo para quem está devendo, concluiu Rosimar.

O conselheiro Carlos Henrique estudou no Augusto Meschick e relatou à conselheira Angela, retratando suas justificativas.

A estudante Thaís se manifestou e colocou que um Conselho Deliberativo precisa estar ciente de como acontecem esses procedimentos e entendeu que

ninguém quer que a moção chegue lá, mas é preciso que esteja por dentro de como a situação chega a este ponto, onde o bebedouro tem gosto de água sanitária, os estudantes não tem transporte gratuito, pombos são encontrados mortos no Colégio (como o que acontece no Cecília Meirelles), necessidade de vistoria em todos e acompanhamento na rede privada, pública estadual e municipal.

O conselheiro Wesley informou que a UBES precisa de espaço com as escolas, para que ouça as suas reivindicações e os problemas possam ser sanados.

Jelcy rememorou suas palavras e escolheu a palavra terminalidade.

Wesley declarou que a Escola Municipal Jandira Bordignon continua funcionando de forma improvisada, então o problema educacional é generalizado.

A conselheira Mônica esclareceu que a reforma da Escola Jandira está processo de licitação.

Foi feita a votação, desta forma seis membros foram favoráveis e 13 contrários, decidindo pela expressão desagrado.

A presidente e os demais membros concordaram que Rosimar seja portadora da moção.

Jelcy se manifestou também quanto à representação do SEPE, declarando que também neste caso não haveria isenção, mesmo para a entrega da moção.

A presidente colocou a situação em votação, sendo a Proposta 1 – registrada por correio AR – 8 votos, Proposta 2 – Rosimar leva pessoalmente – 7 votos e Proposta 3 – abstenções – 5 votos.

Angela tomou a palavra e registrou que se sentiu envergonhada com a forma com que foram tratados na Conferência de Nova Friburgo. A escolha de delegados foi feita por sorteio e não por votação, o fato de que algumas pessoas terem sido colocadas em Bordel pelo Fórum Estadual e a sua indignação como fato das pessoas estarem ali acelerando para fazerem compras, mas agradeceu pelo excelente tratamento ofertado pelo município.

Afirmando ser o único representante dos estudantes, Wesley gostaria de esclarecer que a Secretaria de Educação poderia ter estimulado a maior participação de pais e alunos, incentivando à participação popular, mesmo sabendo que não é obrigação da SEMED.

Rosimar descobriu lá que o governo estadual poderia arcar com as despesas dos conselheiros e demais cidadãos petropolitanos. Lamentou sermos poucos, o fato de terem aparecido três estudantes desconhecidos e aproveitou para ler a moção de repúdio lá construída.

Maria Celi informou que houve sobra de vagas de pais e alunos em todos os polos, o que sinalizou a pouca representatividade e a divulgação neste setor.

Justificando a sua ausência por motivos trabalhistas, Maria Isabel colocou a sua dificuldade em participar do evento.

Janaína agradeceu ao prefeito pela qualidade do tratamento que os representantes do município receberam e assim, afirmou que as pessoas puderam defender a nossa cidade, sendo muito elogiados em todos os momentos.

Fátima também elogiou a participação e repetiu a questão dos alunos que se elegeram a delegados e explicou a situação, levantando o que a própria Rosimar repudiou e lembrou que embora o almoço tenha sido bem servido, na Estadual é necessário prevenir àqueles que de fato forem, para levarem algum dinheiro.

O conselheiro Wesley pediu maior esforço em levar mais pessoas nos próximos encontros.

Jelcy endossou a palavra da maioria, quanto à participação no evento e declarou que sobraram vagas, desistindo da van em favor dos alunos (cerca de 10 pessoas) que acabaram não indo.

Maria Celi informou que hoje pela manhã o Fórum se reuniu e o dinheiro destinado a esses eventos vem do MEC e é depositado através da UNIRIO, que tem por intermédio da professora Janaína a destinação própria, a qual precisou fazer a contratação de firmas cadastradas para fazer esse encontro, porém há registro de que houve inúmeros problemas. Eventos em nível macro tem que haver maior organização.

Pediu que fosse registrado em Ata para a pauta da próxima reunião que por conta das reivindicações dos diversos pólos, há a possibilidade de ser apenas em dois dias no Colégio Pedro II e pediu que Deise organizasse os trâmites.

Carlos Henrique indagou quem arcaria com esta despesa.

Rosimar expressou que embora abomine a forma(a eleição por sorteio), ainda assim “respeita” a inclusão dos três estudantes.

Angela informou que foi relatora de seu eixo e foi lá aplaudida pela fala e pelo trabalho que o município realiza, assim parabenizou a todos e a cidade.

Maria Celi após comunicar os assuntos gerais e informes, passou a palavra à conselheira Mônica.

Mônica declarou que recebeu do presidente do Conselho CMCAS – Fundeb, ofício solicitando a substituição da representação do COMED no primeiro.



Rosimar sentiu-se constrangida por não ter sido convocada, já que pediu afastamento em função da descompatibilização eleitoral em julho do ano passado e não foi substituída por falha da Secretaria Executiva do ano 2012.

Mônica perguntou então quem se candidataria, e por unanimidade, foram conduzidos os conselheiros Francisco Eccard e Rosimar Silveira Pinto.

Ricardo pediu que os assuntos relativos aos recursos do Fundeb sejam incluídos constantemente na pauta.

Mônica informou que o Conselho solicitou que haja membros efetivamente do COMED no Fundeb.

A primeira segunda-feira de cada mês às 18h no Theatro Dom Pedro acontece os encontros do CONCIDADE, nos quais estarão representando o COMED, as conselheiras Angela Alcantara e Maria de Fátima Mendonça.

Retomou-se a pauta – assuntos gerais, a qual teve a palavra a conselheira Gilda.

Gilda informou que fará parte das reuniões do Conselho e pediu a presidente para abrir um espaço de construção em parceria com os Conselhos da Inclusão, da Cultura e o próprio COMED, alavancando os Projetos Escalada Cultural (musical) e Viagem do Saber, transformando-os em Projetos-Lei para serem trabalhados de forma a transcender as gestões. Serão apresentados primeiro no COMED, em data show e depois nos outros conselhos. Lembrou ainda que no último Conselho de Deficiência e Educação Inclusiva – projeto da vereadora Gilda Beatriz teve um destaque sobre o COMED e pediu para este não perder o foco, para não se tornarem improdutivas as reuniões, temáticas desafiadoras, sem preciosismos nos detalhes, especialmente porque as demandas são muitas sem perda de prazos.

Maria Celi acreditou que ia se deparar com uma demanda puramente do Executivo, mas tem observado que a dinâmica poderá ser diferente, assim, o tempo será dividido. É urgente. Não é espaço de disputa de poderes, tem que funcionar.

A conselheira Noelma agradeceu pelo período que ficou no CONCIDADE e se sentiu desrespeitada.

Maria Celi surpreendeu-se por acreditar que não foi respeitada e esclarecida do término do mandato.

Mônica explicou em lugar de Maria Celi, que também se surpreendeu por esta não saber do procedimento de reencaminhamento. Sentiu-se chateada por ela. Não partiu do COMED, da SEMED ou da própria PMP.

Renato convidou os presentes para estarem às 10h nos JEM'S e explicou que há quarenta escolas inscritas na abertura que acontecerá em Corrêas e sábado às 9h haverá o Fórum de Esportes e Lazer no Theatro Municipal.

Rosimar também colocou que o Fórum petropolitano permanente tem se encontrado às 18h no Sindicato dos Metalúrgicos.

Maria Isabel solicitou a inclusão na próxima pauta sobre a Coordenação Municipal de Juventude Petrópolis em Grêmio em cada escola.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião que por mim foi redigida e assinada.

Petrópolis, 13 de julho de 2013.

---

Secretaria Executiva do COMED

